

## A INTERDISCIPLINARIDADE NO SERVIÇO DE ATER: A MATRIZ FREIRIANA NA AÇÃO DO CAV JUNTO AOS AGRICULTORES DO GRUPO ORGÂNICOS JEQUITINHONHA

Vitor Aparecido Martins Soares<sup>1</sup>, Jéssica Beatriz Gomes Barbosa<sup>2</sup>, Jonathan David Dias Aquino do Rosário<sup>3</sup>, José Murilo Alves de Souza<sup>4</sup>, Luci Aparecida Souza Borges de Faria<sup>5</sup>, Ivana Cristina Lovo<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-MG, Brasil  
(vitor.aparecido@ufvjm.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-MG, Brasil  
(jessica.barbosa@ufvjm.edu.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-MG, Brasil  
(jonathan.david@ufvjm.edu.br)

<sup>4</sup> Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, Turmalina-MG, Brasil,  
(jmurilosouza@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Iturama-MG, Brasil  
(luci.ufm@gmail.com)

<sup>6</sup> Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-MG, Brasil  
(ivana.lovo@ufvjm.edu.br)

**Resumo:** Este artigo analisa a interdisciplinaridade do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) como agente de ATER dialógica na certificação do SPG Orgânicos Jequitinhonha (MG). Por pesquisa bibliográfica, observação participante e análise documental de atas, constatou-se que o CAV rompe com o difusionismo, aproximando-se da matriz freiriana e agroecológica, articulando saberes técnicos, sociais e organizativos. Os resultados mostram fortalecimento da autonomia e transição agroecológica da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Extensão Rural; Agroecologia; Pedagogia Freiriana; Certificação Participativa.

### INTRODUÇÃO

A partir de 2003, o governo federal brasileiro passa a adotar um conjunto de políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, atribuindo à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) um papel estratégico na efetivação dessas políticas junto aos agricultores, povos tradicionais e assentados da reforma agrária. Nesse cenário, em 2004, é instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), fruto de amplo debate com diferentes segmentos representativos da agricultura brasileira, tendo como uma de suas diretrizes centrais a priorização da agricultura familiar.

Segundo Macedo e Souza-Esquerdo (2023), a elaboração da PNATER resultou de um amplo processo democrático e participativo, com a Agroecologia como eixo norteador de suas ações, representando uma ruptura em relação ao modelo difusionista que historicamente predominava na extensão rural brasileira. Entretanto, os mesmos

autores apontam que, ao longo de sua trajetória, a política vem se distanciando progressivamente dessas diretrizes originais.

Historicamente, os serviços de ATER no Brasil remontam ao final da década de 1940, tendo experiências iniciais em São Paulo e, posteriormente, em Minas Gerais, ainda na década de 1950, sob influência de recomendações do economista norte-americano Nelson Rockefeller. Naquele contexto, a ênfase recaía sobre a melhoria das condições de vida da população rural, e não propriamente sobre o incremento da produção agrícola (FONSECA, 1985). A partir de 1956, com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), e sobretudo após 1964, com a consolidação de um modelo de modernização conservadora da agricultura, a extensão rural passa a se vincular ao pacote tecnológico da Revolução Verde, associando crédito rural supervisionado à difusão de inovações (SILVA, 1982). Esse modelo, fundamentado no que Castro e Pereira (2017) denominam método difusionista-



inovador, tinha como público prioritário médios e grandes produtores, historicamente marginalizando os pequenos agricultores familiares do acesso aos serviços de ATER.

É somente a partir da crítica formulada por Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou Comunicação?* (1985), fruto de sua experiência junto à formação de extensionistas rurais no Chile, que se estabelece um marco divisor na concepção da ação extensionista. Freire (1985) denuncia o caráter de dominação-subordinação implícito na noção de “extensão”, que pressupõe a transmissão unilateral de um saber técnico a um sujeito passivo, desconsiderando o conhecimento tradicional e popular construído pelos agricultores ao longo de gerações. Em contraposição, o autor propõe o conceito de “comunicação”, fundado no diálogo entre saberes, uma “comum-ação” entre extensionista e agricultor. Essa concepção viria a fundamentar, já na década de 1980-1990, o chamado Método Dialógico, institucionalizado pela EMBRATER em 1985 como orientação prioritária para o trabalho com segmentos historicamente excluídos das políticas públicas.

Essa perspectiva dialógica freireana, longe de se restringir ao debate teórico dos anos 1970-1980, segue orientando experiências concretas de formação no campo até os dias atuais. Gervais e Silva (2022) descrevem e analisam a experiência do Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular (BACEP), curso criado em 2019 na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), cuja proposta pedagógica se estrutura explicitamente a partir da tríade freireana *ação-reflexão-ação* e da Pedagogia da Alternância, construída em diálogo permanente com movimentos sociais do campo e organizações camponesas. Segundo os autores, a experiência demonstra que é possível romper com o modelo de “educação bancária” ao estruturar um currículo que valoriza e sistematiza os saberes populares e a práxis educativa dos próprios povos do campo, confirmando, mais de quatro décadas depois, a viabilidade concreta da proposta de “comunicação” formulada por Freire (1985) como alternativa à extensão rural de caráter unilateral.

É exatamente nessa confluência teórica, entre a crítica freiriana à extensão tradicional e a necessidade de uma ATER comprometida com a agricultura familiar que se pode compreender a atuação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV). Criado em 1994 no Vale do Jequitinhonha, tendo como base a força do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina e o apoio de organizações não governamentais e da Igreja Católica, o CAV constitui-se como organização da sociedade civil que, embora não integre o sistema público-estatal de ATER, exerce função análoga e, em muitos aspectos, mais próxima da proposta dialógica freiriana do que o modelo oficial historicamente praticado. Isso porque sua atuação

nasce não de uma imposição externa de pacotes tecnológicos, mas de uma resposta às demandas concretas das famílias da região (convivência com a seca, intensificada pela expansão da monocultura de eucalipto sobre as chapadas, entre outros) e se orienta pelos valores do protagonismo, da solidariedade e do respeito às diversidades culturais, políticas e sociais (CAV, 2015; CAV, 2020).

Nesse contexto, a certificação orgânica participativa surge como um dos instrumentos mais relevantes por meio dos quais o CAV materializa sua ação extensionista junto à agricultura familiar. O Sistema Participativo de Garantia (SPG) Orgânicos Jequitinhonha, constituído em 2016, representa a consolidação desse processo, ao instituir uma metodologia de avaliação da conformidade orgânica baseada na participação ativa dos próprios agricultores e agricultoras organizados em rede, tendo seu Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) devidamente credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A importância da produção orgânica certificada para a agricultura familiar não se restringe à dimensão comercial, embora esta seja relevante. Ela é sobretudo uma estratégia de reprodução socioambiental e econômica das unidades produtivas familiares, na medida em que fortalece práticas de manejo que preservam o solo, a água, a vegetação nativa e a biodiversidade, ao mesmo tempo em que gera renda, segurança alimentar e reconhecimento social da agricultura familiar. Como afirma Altieri (2012), a Agroecologia constitui a base científica para o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis, integrando saberes tradicionais e conhecimento científico na construção de sistemas produtivos resilientes. Gliessman (2000) complementa essa perspectiva ao definir a Agroecologia como um processo de transição que vai da eficiência no uso de insumos ao redesenho completo do agroecossistema, processo esse que exige, necessariamente, o acompanhamento técnico e o diálogo continuado entre extensionistas e agricultores. Caporal e Costabeber (2004), por sua vez, argumentam que a extensão rural brasileira precisa se alinhar aos princípios agroecológicos para efetivamente contribuir com a transição das unidades produtivas convencionais para sistemas de base ecológica, superando o paradigma difusionista que historicamente pautou sua atuação.

Diante desse referencial, o objetivo deste trabalho consiste em analisar a interdisciplinaridade da ação de ATER exercida pelo CAV no processo de certificação orgânica participativa do SPG Orgânicos Jequitinhonha, buscando compreender de que forma essa atuação dialoga com a matriz freiriana de extensão e com os princípios da Agroecologia, e qual sua contribuição para a transição agroecológica e para



o fortalecimento socioambiental e econômico da agricultura familiar na região.

### MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada possui uma abordagem qualitativa e recorre a duas principais frentes de investigação. Realizou-se pesquisa bibliográfica, por meio da revisão narrativa de literatura em artigos, dissertações, cadernos informativos e livros, para construir a fundamentação teórica sobre o tema.

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, priorizando a forma como os sujeitos investigados interpretam o processo de certificação orgânica participativa, tomando como base o diálogo investigador-investigado (DENZIN; LINCOLN, 2006). A investigação adota como estratégia metodológica a revisão bibliográfica associada à observação participante, o que permite ancorar a análise tanto no referencial teórico da ATER e da Agroecologia quanto na vivência concreta do processo estudado.

A primeira etapa do trabalho consistiu em revisão bibliográfica, buscando resgatar o desenvolvimento histórico da ATER no Brasil, suas diferentes matrizes metodológicas e sua confluência com os princípios da agroecologia, tomando como referência autores como Freire (1985), Caporal e Costabeber (2004), Altieri (2012), Gliessman (2000) e Fals Borda (2006), dentre outros.

A segunda etapa, para ancorar a teoria na prática, o estudo incorpora um relato de experiência sustentado pela observação participante realizada entre julho de 2024 e julho de 2025, durante visitas técnicas ao SPG Orgânicos Jequitinhonha nos municípios de Turmalina, Veredinha e Minas Novas, caracterizando-se como observação participante. Os relatos dos agricultores e agricultoras sobre a importância da certificação e da produção orgânica para suas unidades produtivas e para suas famílias foram sistematicamente registrados em caderno de campo, técnica amplamente reconhecida na pesquisa qualitativa por permitir o registro processual de impressões, falas e situações vivenciadas no próprio momento da observação (MINAYO, 2014).

Complementarmente, foi realizada análise documental das atas de reunião do grupo Orgânicos Jequitinhonha referentes ao ano de 2025, especificamente a Ata da Reunião Anual (11/03/2025) e a Ata de Reunião Pós-Visitas de Pares e Verificação (01/08/2025). A análise documental constitui técnica de pesquisa qualitativa que permite recuperar informações já sistematizadas por terceiros, possibilitando a triangulação entre os dados obtidos por observação participante e os registros formais produzidos pelo próprio grupo (CELLARD, 2008). A partir desses documentos, buscou-se identificar

elementos relativos ao papel do CAV enquanto agente de ATER dialógica, às dificuldades enfrentadas pelos agricultores no processo de certificação, às ações coletivas construídas pelo grupo e aos mecanismos de governança participativa que caracterizam o funcionamento do SPG.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### A ATER e a crítica freiriana

Como discutido na introdução, o modelo de extensão rural hegemônico no Brasil, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, fundamentou-se no chamado método difusionista-inovador, ancorado na Teoria da Difusão de Inovações de Everett Rogers. Nessa perspectiva, cabia ao extensionista convencer o agricultor a adotar pacotes tecnológicos desenvolvidos e testados pela pesquisa, desconsiderando as condições socioeconômicas, culturais e ambientais específicas de cada realidade (GIACOMINI FILHO, 2007). O caráter seletivo desse método fez com que grande parte dos agricultores familiares, por não apresentarem as condições econômicas ou educacionais consideradas necessárias, permanecessem à margem dos benefícios da modernização agrícola.

Esse modelo não emergiu de forma isolada, consolidou-se enquanto parte do processo mais amplo da Revolução Verde, intensificado sobretudo a partir do regime militar. Silva, Alencar e Benzaquen (2026) demonstram que a implantação da Extensão Rural brasileira nesse período esteve fundamentada em concepções colonialistas vinculadas a esse paradigma, por meio das quais técnicos ligados a agências de pesquisa e instituições públicas passaram a difundir pacotes tecnológicos voltados à modernização produtivista do campo. Segundo os autores, embora essa perspectiva tenha promovido avanços econômicos relevantes no curto prazo, produziu efeitos sociais e ambientais adversos que se estenderam pelas décadas seguintes, com destaque para a intensificação da concentração fundiária voltada à produção de commodities agrícolas.

Diante do esgotamento desse modelo e da constatação, pelos extensionistas, de que sua ação havia contribuído para os efeitos negativos da modernização conservadora que emerge a crítica freiriana. Freire (1985) desloca o eixo da ação extensionista da noção de “extensão” (que pressupõe um sujeito que sabe e outro que não sabe) para a de “comunicação”, compreendida como um processo dialógico no qual o saber técnico-científico do extensionista se encontra, em condição de horizontalidade, com o saber tradicional e popular do agricultor, construído através do trabalho cotidiano com a terra e transmitido intergeracionalmente.



É precisamente nessa matriz dialógica que se pode situar a ação do CAV junto aos agricultores e agricultoras do SPG Orgânicos Jequitinhonha. Diferentemente do modelo clássico de ATER pública, cuja institucionalização histórica esteve, por vezes, distanciada das particularidades regionais, o CAV nasce das próprias demandas do território (convivência com a seca, a valorização da agricultura familiar e o fortalecimento das práticas agroecológicas e associativistas), o que confere à sua atuação um caráter genuinamente dialógico desde sua origem. Observou-se, durante as visitas acompanhadas, que a relação entre os técnicos do CAV e os agricultores do SPG não se pauta pela transmissão vertical de conhecimento, mas por um processo de escuta e construção coletiva de soluções, no qual o saber prático do agricultor sobre seu próprio agroecossistema é constantemente valorizado e incorporado às orientações técnicas.

Nos momentos de diálogo e caminhada pelos agroecossistemas dos agricultores, os técnicos do CAV buscam, em primeiro lugar, escutar as experiências vivenciadas no cotidiano produtivo das famílias, para que, a partir dessa escuta, sejam construídas coletivamente sugestões de manejo. Ao identificar pontos passíveis de melhoria, a equipe técnica prioriza estratégias de resolução que utilizem insumos e recursos já disponíveis na própria unidade produtiva, evitando a dependência de insumos externos. Esse princípio se manifesta, por exemplo, no manejo fitossanitário: diante da ocorrência de oídio (causado por fungos do gênero *Erysiphe spp.*) na cultura do quiabo (*Abelmoschus esculentus*), recomenda-se a aplicação de leite bovino cru como agente de controle biológico; já a infestação por vaquinha, ou brasileirinha (*Diabrotica speciosa*), é manejada por meio de calda à base de pimenta (*Capsicum spp.*) e alho (*Allium sativum*), preparada artesanalmente pelos próprios agricultores. Essas práticas, fundamentadas no manejo agroecológico de pragas e doenças, dispensam a aquisição de defensivos agrícolas sintéticos, o que reduz diretamente os custos de produção e reforça a autonomia técnica e econômica das famílias assistidas.

### **ATER, agricultura familiar e transição agroecológica**

A extinção da EMBRATER em 1991 desestruturou o sistema nacional de ATER, dando origem a um cenário de múltiplas formas de organização dos serviços extensionistas nos diferentes estados da federação — privatização, municipalização, integração pesquisa-extensão, e também o fortalecimento de organizações da sociedade civil, como é o caso do CAV. A instituição da PNATER em 2004 buscou restituir um sistema normativo para a ação de ATER, consagrando o princípio do pluralismo institucional, segundo Diesel et al., (2012) a

possibilidade de diversas organizações, inclusive de direito privado sem fins lucrativos, acessarem recursos públicos para a prestação de serviços de assistência técnica. Esse reconhecimento institucional é fundamental para compreender a legitimidade da atuação do CAV como agente de ATER, ainda que fora da estrutura estatal clássica representada pelo sistema EMATER.

A PNATER estabelece, ainda, que a ação da ATER deve se orientar para a transição agroecológica, exigindo dos serviços extensionistas a compreensão da complexidade da Agroecologia como ciência e como prática. Caporal e Costabeber (2004) argumentam que essa transição não se resume à substituição de insumos químicos por insumos naturais, mas envolve um processo gradual e multidimensional de redesenho dos agroecossistemas, que exige tempo, acompanhamento técnico continuado e, sobretudo, a participação ativa do agricultor como protagonista do processo, não como mero receptor de recomendações técnicas. Gliessman (2000) sistematiza esse processo em níveis sucessivos de transição, do aumento da eficiência dos sistemas convencionais até a substituição de práticas e insumos e, finalmente, o redesenho estrutural do agroecossistema com base em princípios ecológicos. Altieri (2012), por sua vez, enfatiza que a resiliência e a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares dependem diretamente da diversificação produtiva, da valorização da biodiversidade e do resgate de práticas tradicionais de manejo. Estes elementos somente uma ATER contextualizada com a realidade da agricultura familiar é capaz de identificar e fortalecer.

Nesse sentido, a confluência entre o trabalho do CAV e o SPG Orgânicos Jequitinhonha materializa, no território do Vale do Jequitinhonha, exatamente essa proposta de ATER agroecológica preconizada pela literatura. A atuação do CAV junto aos núcleos de agricultores do SPG não se limita ao acompanhamento técnico da produção, mas se estende ao fortalecimento do associativismo, à organização das feiras livres e à construção coletiva do conhecimento agroecológico por meio de visitas, reuniões e trocas de experiência entre os próprios agricultores. Essa configuração organizativa dialoga diretamente com o que Arruda, Santos e Freitas (2026) identificam como o papel estratégico dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) na transição agroalimentar ao integrar diferentes níveis da Agroecologia, a certificação participativa se consolida como mecanismo legítimo de garantia orgânica e como estratégia promissora de fortalecimento das redes agroecológicas locais.

Durante as visitas realizadas, foi possível identificar a dedicação dos agricultores ao processo de certificação orgânica participativa. Os agricultores têm plena consciência de que suas ações não se restringem apenas à sua propriedade, mas repercutem sobre todos





os demais integrantes do grupo, ou seja, entendem que a realização de práticas em desacordo com a conformidade orgânica pode prejudicar não apenas a si próprios, mas também os demais agricultores do SPG.

Essa valorização da Agroecologia e da produção orgânica como um “modo de vida” foi identificada nas conversas entre os agricultores e a equipe técnica do CAV, processo construído ao longo de um extenso período de convivência. Em sua fala, os agricultores demonstram compreender que todos os organismos são importantes para o ciclo da vida e para a sustentabilidade da natureza, relatando que, quando um inseto ataca suas plantas, “é porque ele está com fome, todos os indivíduos têm que ser respeitados eu não posso jogar veneno nele”. Essa fala evidencia a relação simbiótica que os agricultores buscam estreitar com a natureza, fundamentada no entendimento de que o ser humano é parte integrante dela, e não um agente externo ou superior. Tal concepção aproxima-se do que Rodrigues et al. (2022) descrevem como os princípios do Bem Viver. Filosofia de vida pautada na convivência harmoniosa com a natureza, que reconhece os seres humanos como integrantes indissociáveis dos demais seres do planeta, em contraposição à lógica utilitarista que reduz os elementos naturais a meros recursos de exploração.

#### **A certificação participativa como instrumento de controle social e de fortalecimento da ATER dialógica**

O Sistema Participativo de Garantia constitui uma metodologia de avaliação da conformidade orgânica fundamentada na participação ativa de todos os atores envolvidos no processo produtivo (agricultores, técnicos, consumidores e demais interessados), distinguindo-se dos sistemas de certificação por auditoria de terceira parte justamente por sua base horizontal e coletiva (HOME et al., 2017). No SPG Orgânicos Jequitinhonha, esse processo participativo se materializa por meio de mecanismos como as visitas de pares e as visitas de verificação, organizadas em núcleos regionais e mediadas pela assessoria técnica do CAV.

É particularmente relevante destacar que as visitas de pares extrapolam a função estritamente fiscalizatória de controle de conformidade, configurando-se como espaços de construção coletiva do conhecimento agroecológico, de troca de experiências e de fortalecimento dos vínculos de confiança entre as famílias (KOMORI et al., 2020; HIRATA et al., 2021). Durante a reunião anual técnicos do CAV que acompanham o grupo enfocaram “a importância de entender a certificação orgânica como um processo social, que prevê visitas coletivas e responsabilidade compartilhada. Esclareceu também que o CAV não é uma entidade de fiscalização, mas parte desse

processo compartilhado.” Esse caráter formativo e educativo das visitas de pares reforça precisamente a matriz freiriana da ação do CAV. Esse processo é mais do que verificar o cumprimento de normas técnicas, as visitas constituem momentos de “comum-ação”, nos quais técnicos e agricultores dialogam sobre as dificuldades e os avanços de cada unidade produtiva, reafirmando o compromisso coletivo com a produção agroecológica.

O conceito de “comum-ação” central à crítica freireana à extensão rural não se limita à substituição terminológica entre “extensão” e “comunicação”, ele carrega uma dimensão epistemológica e política mais profunda. Para Freire (1987), todo ato educativo genuíno se funda no diálogo, compreendido não como simples troca de informações, mas como encontro entre sujeitos mediados pelo mundo que buscam nomear e transformar em conjunto, o que o autor denomina práxis, isto é, a unidade indissociável entre ação e reflexão. Nessa perspectiva, o extensionista deixa de ocupar o lugar de detentor exclusivo do saber técnico-científico para se tornar coaprendiz em um processo horizontal de produção de conhecimento, no qual a experiência acumulada do agricultor sobre seu próprio agroecossistema é reconhecida como saber legítimo, e não como obstáculo a ser superado pela racionalidade técnica. Freire (1987) argumenta ainda que a verdadeira comunicação exige uma postura de humildade epistemológica por parte de quem educa, uma vez que ensinar não significa transferir conhecimento, mas criar as condições para sua produção ou construção conjunta. É justamente essa matriz teórica (diálogo como práxis, a horizontalidade entre saberes e a rejeição da transmissão vertical de técnicas) que permite compreender as visitas de pares realizadas pelo CAV não como mero instrumento de fiscalização normativa, mas como espaço genuinamente educativo e libertador, no sentido freireano do termo.

Do ponto de vista socioambiental e econômico, a certificação orgânica participativa possibilita às famílias do Vale do Jequitinhonha o acesso a canais de comercialização diferenciados, sobretudo por meio das feiras livres, espaço de forte identidade cultural e produtiva da região, associado também à comercialização do artesanato local (RIBEIRO et al., 2014). Ao mesmo tempo, o processo de certificação reforça práticas de manejo já historicamente presentes na agricultura familiar da região, o que representa um aspecto facilitador importante para a transição agroecológica local.

#### **A ação do CAV como ATER: uma síntese analítica**

A análise conjunta dos elementos apresentados permite afirmar que a atuação do CAV junto ao SPG Orgânicos Jequitinhonha, materializa de forma consistente a proposta dialógica e agroecológica



preconizada pela literatura especializada. Diferentemente do modelo difusionista que historicamente marginalizou a agricultura familiar, a ação do CAV se caracteriza pela escuta ativa do saber tradicional dos agricultores, pelo acompanhamento continuado e interdisciplinar e pelo fortalecimento do protagonismo dos agricultores no próprio processo de avaliação da conformidade orgânica.

A atuação do CAV evidencia que a ATER voltada à Agroecologia não pode ser compreendida a partir de uma única área do conhecimento. As ações desenvolvidas junto ao SPG Orgânicos Jequitinhonha articulam conhecimentos agrônômicos, ecológicos, educacionais, sociais, organizativos e de gestão, integrando saberes científicos e conhecimentos tradicionais dos agricultores. Nesse sentido, a interdisciplinaridade não se restringe à atuação de profissionais de diferentes formações, mas constitui um princípio metodológico da própria prática extensionista, permitindo compreender a complexidade dos agroecossistemas e das relações sociais que sustentam a agricultura familiar, corroborando o que Favero e Sarriera (2009) descrevem como a essência da interdisciplinaridade aplicada à extensão rural, pensar a realidade a partir de diferentes olhares, de maneira integrada, e não fragmentada por especialidades técnicas isoladas.

Favero e Sarriera (2009) denunciam que a interdisciplinaridade permanece uma promessa não realizada na ATER pública. Através da análise realizada, o CAV demonstra que essa interdisciplinaridade se materializa na articulação entre conhecimento técnico e tradicional, socioambiental, organizativo e de gestão documental, tudo mediado por uma equipe que atua de forma dialógica e não fragmentada por especialidade técnica.

Essa confluência entre ATER dialógica, Agroecologia e certificação participativa não se dá sem desafios. A exemplo do que aponta a literatura sobre outros SPGs do país, questões como a necessidade de maior presença técnica no cotidiano das unidades produtivas, a limitação do número de técnicos disponíveis e a dificuldade de acesso a tecnologias digitais em algumas comunidades rurais permanecem como pontos de atenção para o aprimoramento contínuo do trabalho do CAV.

A análise das atas de reunião do SPG Orgânicos Jequitinhonha permite qualificar empiricamente esse desafio, ao revelar um problema estrutural recorrente no processo de registro do manejo orgânico realizado pelos próprios agricultores. Nas atas, os relatos indicam que o preenchimento dos cadernos de campo permanece como uma das principais dificuldades enfrentadas pelo grupo, sobrecarregando os poucos membros que efetivamente sistematizam essas informações e comprometendo a regularidade da

documentação exigida pelo processo de certificação participativa (CAV, 2025). Esse problema não deve ser interpretado como uma falha isolada de caráter individual, mas como sintoma direto das limitações estruturais já apontadas.

Nesse sentido, é significativo observar que o próprio grupo, em resposta a essa lacuna, mobilizou-se para construir coletivamente alternativas de enfrentamento, como a apresentação de um modelo padronizado de anotações e o esforço de preencher antecipadamente a documentação com apoio técnico do CAV (CAV, 2025). Tal movimento reforça, mais uma vez, o caráter dialógico e não meramente fiscalizatório da atuação do CAV, na medida em que a resposta ao problema não emerge de uma imposição normativa externa, mas de um processo de construção coletiva de soluções pelos próprios sujeitos envolvidos, o que reafirma, também nesse aspecto operacional, a matriz freireana que orienta a experiência analisada.

Diante desse cenário, algumas frentes de fortalecimento institucional podem ser consideradas. A primeira delas envolve uma maior aproximação entre a população consumidora e entidades como a EMATER municipal, o que poderia contribuir simultaneamente de três maneiras: o fortalecimento da participação social na avaliação de conformidade orgânica, a valorização da produção agroecológica junto ao público consumidor e o próprio fortalecimento da agricultura familiar como um todo. Para os técnicos da EMATER, essa aproximação representaria ainda uma oportunidade formativa relevante, ao propiciar contato direto com a perspectiva freireana de extensão rural praticada pelo CAV, contribuindo, assim, para a disseminação desse modelo dialógico para além dos agricultores atendidos pelo CAV.

A segunda frente diz respeito à ampliação da autonomia organizativa dos próprios agricultores. O fortalecimento da articulação entre os núcleos do SPG, com a realização de atividades conjuntas conduzidas pelos próprios agricultores, tenderia a reduzir a dependência estrutural da mediação constante do CAV, consolidando processos mais autogestionados de organização coletiva e de sustentação da certificação participativa a médio e longo prazo.

## CONCLUSÃO

O trabalho evidencia que a atuação do CAV junto ao SPG Orgânicos Jequitinhonha configura uma experiência concreta de superação do paradigma difusionista-inovador que historicamente marginalizou a agricultura familiar dos serviços de ATER. Ao fundamentar sua prática na escuta ativa dos saberes tradicionais, no diálogo horizontal entre técnicos e agricultores e na valorização da autonomia



produtiva das famílias, o CAV materializa a proposta de “comunicação” formulada por Freire (1985) como alternativa à extensão rural de caráter unilateral.

A pesquisa demonstra, ainda, que essa atuação se caracteriza por um caráter interdisciplinar, articulando, em um mesmo processo extensionista, conhecimentos técnicos e tradicionais, socioambientais, organizativos e de gestão documental. Nesse sentido, a experiência do CAV oferece uma resposta concreta ao que Favero e Sarriera (2009) identificam como um desafio ainda não superado pela ATER pública.

O trabalho que o CAV realiza vai ao encontro da linha de pensamento de Caporal e Costabeber (2004), na medida em que compreende a transição agroecológica não como simples substituição de insumos, mas como processo multidimensional que exige acompanhamento técnico continuado e protagonismo do agricultor. A certificação orgânica participativa, por sua vez, revela-se instrumento estratégico de controle social e de fortalecimento comunitário.

Conclui-se, assim, que a experiência do CAV oferece subsídios relevantes tanto para a literatura sobre ATER dialógica e interdisciplinar quanto para o aprimoramento de políticas públicas de extensão rural comprometidas com a agricultura familiar e com a justiça socioambiental.

#### AGRADECIMENTOS

Agradecemos as agricultoras e agricultores do Grupo Orgânicos Jequitinhonha e ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica.

#### REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ARRUDA, Minéia Patrícia Góes; SANTOS, Danilo Moreira dos; FREITAS, Helder Ribeiro. Entre a certificação orgânica e a transição alimentar sob a perspectiva dos 10 elementos da FAO: o papel da Certificação Participativa. Cadernos de Agroecologia, v. 21, n. 1, 2026. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/11688>. Acesso em: 01 jul. 2026.
- CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2004.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de ATER. Texto para discussão, IPEA, 2017.

CAV, 2025 — Ata de Reunião Anual do Grupo Orgânicos Jequitinhonha, 11 mar. 2025.

CAV, 2025 — Ata de Reunião Pós-Visitas de Pares e Verificação, 01 ago. 2025.

CAV. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. Histórico. Disponível em: <https://www.cavjequi.org/sobre>. Acesso em: 03 jul. 2026.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DIESEL, V. et al. Extensão Rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir do serviço de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

ENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.

FALS BORDA, O. Una sociología sentipensante para América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FAVERO, Eveline; SARRIERA, Jorge Castellá. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 12, n. 1, p. 1-16, jun. 2009. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172009000100002](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000100002). Acesso em: 02 jul. 2026.

FONSECA, M. T. L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.



- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GERVAIS, Ana Dubeux; SILVA, José Nunes da. Aportes freirianos à educação em agroecologia: ad-mirar uma experiência no Brasil. *Sinergias – Diálogos Educativos para a Transformação Social*, n. 14, p. 35-48, 2022. Disponível em: <https://sinergiased.org/wp-content/uploads/2022/07/Aportes-Freirianos-a-Educacao-em-Agroecologia-Ad-mirar-uma-Experiencia-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- GIACOMINI FILHO, Gino; GOULART, Elias Estevão; CAPRINO, Mônica Pegurer. Difusão de inovações: apreciação crítica dos estudos de Rogers. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 33, p. 41-45, ago. 2007.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- HIRATA, A. R. et al. Sistema participativo de garantia Orgânicos Jequitinhonha: o desafio da participação em tempos de pandemia. *Retratos de Assentamentos*, v. 24, n. 1, p. 92-108, 2021.
- HIRATA, Aloísia Rodrigues et al. Sistema participativo de garantia Orgânicos Jequitinhonha: o desafio da participação em tempos de pandemia. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 24, n. 1, p. 92-108, 2021. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i1.471.
- HOME, R. et al. Participatory guarantee systems: organic certification to empower farmers and strengthen communities. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 41, n. 5, p. 526-545, 2017.
- KOMORI, O. M. et al. Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul: da auditoria ao sistema participativo de garantia. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). *Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências*. Pouso Alegre: 2020.
- MACEDO, André de Camargo; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER: análise sobre os diferentes governos brasileiros. *Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais*. São Carlos: UFSCar, 2023. Disponível em: <http://redesrurais.org.br/artigos/artigo-1ad38e301c2efcef2c8df552d601ff1d28486591-arquivo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2026.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- RIBEIRO, E. M. et al. Programas Sociais, Mudanças e Condições de Vida na Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha Mineiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 2, p. 365-386, 2014.
- RODRIGUES, Tayronne de Almeida; SOUZA, Francisca Laudeci Martins; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; NUNES, Cícera. Os princípios do bem viver na comunidade quilombola do Sítio Arruda em Araripe – Ceará. *Revista Anômala*, Catalão, v. 2, n. 1, p. 13-32, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/ra/article/download/74511/39005>. Acesso em: 8 jul. 2026.
- SILVA, Eder Batista da; ALENCAR, Anderson Fernandes de; BENZAQUEN, Júlia Figueredo. Extensão rural, capitalismo e colonialidade do campo pela Revolução Verde. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE*, v. 12, n. 7, p. 1-17, 2026. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i7.27603>.
- SILVA, J. F. G. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.